PINHEIRO JÚNIOR, José Gomes

*dep. fed. ES 1897-1902 e 1921-1930.

José Gomes Pinheiro Júnior nasceu a 27 de janeiro de 1865 em Cachoeiro de Itapemirim (ES), na fazenda São José, de propriedade de seus pais, José Gomes Pinheiro e Vitória Moreira da Silva Pinheiro. Descendia, pelo lado paterno, das duas poderosas famílias que dominaram a política no sul da província em meados do século XIX: a dos Gomes Bittencourt e a do barão de Itapemirim.

Fez seus primeiros estudos em Cachoeiro e os preparatórios no Colégio São Luís, no Rio de Janeiro, ingressando a seguir na Faculdade de Medicina daquela cidade, onde se formou em 1892. Voltou, então, a Cachoeiro, passou a exercer a medicina e se envolveu na política, seguindo seu pai, que em 1896 foi eleito vice-presidente do estado na chapa de Graciano Neves. Pertenciam todos eles ao Partido Republicano Construtor (PRC).

A partir de 1895, empreendeu uma bem-sucedida carreira política, tanto no âmbito municipal quanto estadual e federal. Foi eleito deputado estadual (1895-1898) e, simultaneamente, governador municipal de Cachoeiro, em 1896, pois era possível, na época, acumular os dois cargos, licenciando-se do municipal durante os poucos meses em que funcionava o Legislativo estadual (dois meses, podendo prorrogar-se até o máximo de quatro). Em 1897 foi eleito deputado federal, com mandato até 1899. Foi um período de acirrada luta política no estado, e Pinheiro Júnior atuou firmemente em apoio ao governo e à direção de seu partido, agitado por conflitos internos. Foi reeleito para a Câmara dos Deputados em 1900 e, ao final da legislatura em 1902, voltou ao Legislativo estadual e ao governo municipal de Cachoeiro, que presidiu durante todo o mandato (1904-1908). Na Assembleia estadual exerceu dois mandatos sucessivos (1904-1909).

Em 1905, seu partido, o PRC, e a política capixaba se dividiram entre o presidente Henrique Coutinho e Muniz Freire, até então a principal liderança do partido. Pinheiro Júnior ficou ao lado do presidente; teve atuação importante no Legislativo para barrar uma tentativa dos munizistas de aprovar o *impeachment* de Henrique Coutinho, assim como na

campanha para a eleição federal de 1906, na qual Muniz Freire encabeçou uma chapa de oposição para o Congresso Nacional, que acabou sendo reconhecida em detrimento da chapa governista. Na eleição de deputados estaduais para a legislatura de 1907-1909, outra vez os munizistas concorreram com uma chapa de oposição e tentaram seu reconhecimento, mas não tiveram êxito, e Pinheiro Júnior foi reeleito. Durante esse mandato, porém, passou à oposição. O motivo foi a candidatura de Jerônimo Monteiro ao governo estadual. Pinheiro Júnior foi uma das três vozes discordantes na convenção que aprovou o nome de Jerônimo; depois, na Assembleia, reiterou sua discordância e pediu esclarecimentos sobre uma questão envolvendo o governo estadual e Jerônimo, a respeito do pagamento de uma dívida do estado com o Banco do Brasil, que era combatida pela oposição. Acabou pedindo demissão do cargo de vice-presidente da mesa. A partir de então passou longos anos atuando na oposição.

Foi o que ocorreu em 1912, na sucessão de Jerônimo Monteiro: muitos dos aliados deste uniram-se à oposição, contra a candidatura governista de Marcondes Alves de Sousa, provocando uma crise que agitou o estado. Foi apresentada uma chapa oposicionista que tinha como candidato à presidência do estado um médico do Exército, Getúlio Florentino dos Santos, capixaba residente no Rio de Janeiro, onde tratava da saúde da família do presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914). No governo Hermes foram realizadas intervenções militares nas sucessões dos governos de vários estados, nas quais se impunham candidatos das forças armadas, visando a tirar do poder oligarquias que se perpetuavam no mando político, acusadas de sérios abusos e de corrupção. Por isso, esses movimentos se autointitulavam “salvações”. Certamente, a oposição capixaba esperava provocar uma “salvação” no Espírito Santo. A chapa oposicionista tinha como primeiro vice-presidente Pinheiro Júnior. A oposição não conseguiu porém o apoio militar almejado, e Marcondes Alves de Sousa foi eleito. No ano seguinte (1913) foi instalado no Espírito Santo um diretório do Partido Liberal, de Rui Barbosa, e Pinheiro Júnior foi seu presidente.

Em 1916, o estado foi sacudido por uma grave crise política na sucessão de Marcondes, provocada pela indicação de Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo, como candidato à

presidência do estado. Importantes aliados dos Monteiro, como o senador João Luís Alves, os deputados federais Paulo de Melo e Dioclécio Borges, e o vice-presidente do estado, Alexandre Calmon, uniram-se a políticos que já haviam passado à oposição em 1912, como Torquato Moreira e Thiers Veloso, e a antigos opositores, como Pinheiro Júnior, e tentaram impedir a candidatura, baseando-se na má situação financeira do estado e na acusação de que os Monteiro pretendiam consolidar uma oligarquia familiar. Os opositores procuraram e obtiveram o apoio do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), empenhado em sanear as finanças públicas, mas ele não conseguiu convencer os Monteiro a desistir de seu projeto.

Foi composta, então, uma chapa de oposição, cujo candidato à presidência era Pinheiro Júnior, tendo entre seus vices Alexandre Calmon. A eleição, realizada pelo governo do estado, deu a vitória aos candidatos governistas, mas a oposição não aceitou o resultado e recorreu ao Congresso Nacional, pleiteando o reconhecimento de seus candidatos, travando-se uma intensa batalha verbal na qual os parlamentares oposicionistas apresentaram graves acusações contra os Monteiro. A luta política com recurso à violência policial e de forças privadas de coronéis incendiou o estado. Tiroteios impediram as manifestações da oposição na capital. Centenas de pessoas se refugiaram em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro. O comandante da luta, pela oposição, era Alexandre Calmon, coronel que dominava a política de Colatina, onde foi instalado o governo oposicionista. Como tinha o apelido de Xandoca, a rebelião ficou conhecida como Revolta do Xandoca. Depois de meses de indecisão, os Monteiro venceram. O Congresso Nacional reconheceu em agosto a eleição de Bernardino e anistiou todos os participantes.

A oportunidade de Pinheiro Júnior voltar ao poder surgiu quatro anos depois, numa nova crise sucessória, que dessa vez dividiu os Monteiro. A facção de Bernardino promoveu a eleição de Nestor Gomes à presidência do estado (1920), o que não foi aceito por Jerônimo, que tentou impedir o reconhecimento do candidato eleito. Visando a fortalecer sua posição, Nestor Gomes procurou antigos opositores dos Monteiro, entre os quais se destacava Pinheiro Júnior, e obteve seu apoio. A luta foi menos violenta que na crise anterior, embora

Nestor Gomes tenha sido empossado no palácio do governo sitiado pelas forças policiais rebeladas, e tiroteios tivessem posto em pânico a população de Vitória. A ordem pública foi restabelecida com uma intervenção federal, decretada pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) e executada pelo 32º Batalhão do Exército. O Congresso Nacional reconheceu a eleição de Nestor Gomes, pondo fim ao conflito. Pinheiro Júnior passou a integrar o diretório do único partido estadual, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), cuja chefia passou de Jerônimo a Bernardino, e voltou à Câmara dos Deputados, com mandatos sucessivos entre 1921 e 1930, tendo sido, por vezes, líder da bancada.

Deixou a vida política após a Revolução de 30, e faleceu em Teresópolis (RJ) a 8 de novembro de 1937.

Foi casado com Sara Goulart Pinheiro, filha de um médico e político da cidade do Rio de Janeiro, Inácio Francisco Goulart, e tiveram uma filha.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção nos estados (1917, 1923); Cachoeiro de Itapemirim; Caso do Espírito Santo: como nasceu; Caso do Espírito Santo: pela verdade;* CHEQUER FILHO, N. *Revolta; Estado do Espírito Santo* (1894-1899).